

# **INCLUSÃO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

ARÉVALO, Claudia Eneida<sup>1</sup>

PACHECO, Maria Anita Alves Forancelli<sup>2</sup>

Eixo Temático - Educação Inclusiva: Uma prática em construção

Categoria - Comunicação Oral

## **RESUMO**

Este estudo tem como intuito ouvir o aluno com deficiência sobre a sua percepção de inclusão escolar, saber se ele concorda com o que vem sendo feito em seu benefício, e de que forma ele acredita que a Lei tem contribuído com o seu processo de inclusão, conhecer as principais dificuldades encontradas pelo aluno com deficiência na sua realidade de inclusão dentro da instituição, saber também o que facilitou esse processo, saber sobre o seu relacionamento com professores, colegas de turma e demais funcionários da instituição, verificar junto com eles o que pode ser melhorado ou mudado sob o olhar do aluno levando em consideração que ele é o principal interessado no assunto, refletir possibilidades de melhor aplicação das leis e regulamentações em ambientes educacionais regulares, para alcançar os objetivos da pesquisa de caráter qualitativo. Foram entrevistadas três pessoas adultas todas de cursos universitários, utilizando-se de gravação de áudio e anotações por escrito. Durante a entrevista foi utilizado um questionário semiestruturado e o estudo mostrou que a inclusão escolar precisa se fundamentar, as leis garantem o direito à educação, mas não garantem o desempenho efetivo do aluno com deficiência. O governo precisa investir na formação continuada dos professores para efetivar o atendimento ao aluno com deficiência, as instituições precisam se abrir para o diálogo procurando saber do aluno com deficiência o que realmente atende as suas necessidades e buscar meios para atendê-lo de forma efetiva.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Diretrizes.

## **ABSTRACT**

This study has the intention to listen to students with disabilities about their school inclusion perception, whether he agrees with what is being done for them, and how he believes the law has contributed to its inclusion process, know the main difficulties encountered by disabled students in their inclusion reality within the institution, also know what facilitated this process, know about your relationship with teachers, classmates and other staff of the institution, check with them what can be improved or changed from the perspective of the student, taking into consideration that it is the main interested in the subject, reflecting possibilities for better enforcement of laws and regulations in regular educational settings, to achieve the goals of qualitative research, three adult people were interviewed all university courses, using audio recording and writing notes during the interview we used a semi-structured questionnaire, the study showed that school inclusion needs to be grounded, laws guarantee the right to education, but does not guarantee effective performance of students with disabilities, the government needs to invest in continuing education of teachers to carry out the service to students with disabilities, institutions need to be open for dialogue, seeking to know the student with disabilities that really meets your needs, and seek means to meet that student effectively.

Key-words: Education. Inclusion. Diretriz.

<sup>1</sup> aluna do curso de Pedagogia do Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande Unidade I

<sup>2</sup> professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande Unidade I

## **INTRODUÇÃO / REVISÃO DA LITERATURA**

Segundo Mantoan, Prieto e Arantes (2006) no decorrer da história da humanidade as pessoas com deficiências foram consideradas ineducáveis, incapazes de conviver em sociedade. Baseados nesses paradigmas preconceituosos restaram a essas pessoas a segregação, sendo encaminhados a instituições que pouco contribuíam para uma vida digna, os cuidados se resumiam a alimentação e higiene sem direito até mesmo à convivência familiar, tinha-se a crença de que estando separados estariam protegidos e seriam bem cuidados.

Dessa forma surge a ideia de integração, onde os alunos com deficiência eram aceitos na escola comum desde que fossem capazes de se adaptar ao contexto escolar oferecido, caso contrário não poderiam permanecer ali e seriam devolvidos para a educação ou classes especiais, permanecendo assim a tendência de segregação.

Somente no século XX com a Declaração Mundial de Educação Para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a LDB - Lei de Diretrizes e Bases (1996) é que a inclusão escolar começa a ganhar força. Segundo Sasaki (2003), na educação inclusiva a escola precisa garantir o acesso e permanência de todos os alunos, independente da sua raça, etnia, gênero, situação socioeconômica, deficiências etc, garantindo uma educação de qualidade, criando situações para que esse aluno além de construir conhecimento, ainda seja capaz de conviver em sociedade.

A educação inclusiva é uma esperança de rompimento dos preconceitos arraigados durante anos na sociedade, e que aos poucos vem se tornando uma realidade em nossos dias. É obvio que ainda precisamos de muitas melhorias, tendo em vista que a inclusão envolve toda a comunidade escolar, alunos, pais, professores e demais profissionais. Todos devem estar comprometidos em fazer as adaptações necessárias para a permanência e bem estar desse aluno.

O papel do Estado também é de fundamental importância nesse processo de adaptação e transformação da realidade escolar frente à educação inclusiva.

É importante ressaltar que a educação inclusiva vem em busca de melhorias para apoiar e suprir todas as necessidades de cada indivíduo, buscando superar históricos de discriminação, isolamentos e preconceitos, pois quando se fala em educação inclusiva em escolas regulares levantam-se também questionamentos sobre infraestrutura e preparação profissional capacitada.

A inclusão vem sendo debatida há muitos anos e precisa-se reconhecer que apesar dos avanços obtidos, ainda há muito por fazer.

Com este propósito, esta pesquisa tem como foco mostrar a realidade de alguns alunos deficientes visuais, tratando das questões relacionadas à inclusão destes dentro das escolas regulares, mostrando a percepção do aluno deficiente visual na realidade do seu dia a dia, respondendo a questionamentos sugestivos: Como é a inclusão escolar na prática? Como se acredita que deveria ser essa inclusão? Como é o relacionamento com professores, colegas de turmas e demais funcionários? Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão? O que facilitou o processo de inclusão? De que forma a lei tem contribuído para o processo de inclusão?

Esta pesquisa não tem por objetivo descrever solução para os problemas da inclusão das escolas de Campo Grande, mas sim, refletir sobre a atual realidade de crianças e adolescentes, que estão inclusas nas escolas regulares; porém com atendimentos pedagógicos ineficazes e insuficientes para o desenvolvimento cognitivo e para a formação integral de cidadão.

Quando se fala de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais a legislação é unânime e estabelece normas a serem seguidas.

Segundo a LDB (1996), nos artigos 58 e 59, o aluno com necessidade especial deve ser atendido na rede regular de ensino e o sistema de ensino deve assegurar a esses educandos o que for necessário para a sua aprendizagem. Isso inclui profissionais habilitados, materiais adaptados, recursos educativos e organização para atender as suas necessidades de apoio específico.

A Constituição Federal (1988) nos artigos 205, 206 inciso I e 208 inciso III determina que a educação é direito de todos, e que o aluno com deficiência deve ser atendido preferencialmente na rede regular de ensino, e que essa educação deve ser oferecida de modo a garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A Declaração de Salamanca (1994) garante que todas as crianças devem aprender juntas, independente das dificuldades ou diferenças que possuem, devendo ser acolhidas nas escolas regulares dentro de uma pedagogia centrada no aluno em busca de suprir suas necessidades educacionais.

A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) trata de universalizar a educação, de modo a garantir a igualdade de acesso e permanência, reduzindo as desigualdades, proporcionando um padrão mínimo de qualidade na aprendizagem.

A legislação em torno da discussão é ampla e visa romper com um histórico de segregação em torno das crianças com necessidades especiais, mas ainda assim não é o suficiente para garantir uma educação de qualidade diante da inclusão escolar, “O ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos, e essa situação se acentua drasticamente no caso dos alunos com deficiência” (MANTOAN; PRIETO; ARANTES, 2006, p.23).

Diante dessa realidade pode-se notar que a igualdade de condições na aprendizagem desses alunos vai além da legislação vigente. Quando se fala em educação inclusiva nas escolas regulares levantam-se também questionamentos sobre infraestrutura e preparação profissional capacitada.

Segundo Mantoan, Prieto e Arantes (2006) é por meio de uma educação de qualidade e aberta às diferenças que conseguiremos efetivar a inclusão. Para isso, precisamos pensar em mudanças nas práticas de ensino homogeneizadoras e excludentes, caso contrário corre-se o risco desses alunos permanecerem nas escolas regulares apenas para atender as exigências legais.

A efetivação da inclusão escolar pede um trabalho em conjunto dos profissionais da educação, comunidade e Estado. Pensando em transformação das suas práticas educativas o Estado deve estar voltado a suprir as necessidades básicas para manter esse aluno na escola, estruturando as unidades escolares, e oferecendo oportunidades de capacitação aos profissionais envolvidos.

Por sua vez, os profissionais precisam estar empenhados em efetivar essas mudanças.

A comunidade também precisa sair da posição de defesa dando um crédito aos profissionais da educação deixando de usar como desculpa para não matricular seus filhos na escola regular o despreparo dos professores.

Antes devemos cobrar das autoridades competentes condições de trabalho aos profissionais para o desempenho de uma educação de qualidade.

De acordo com Mantoan, Prieto e Arantes (2006), a garantia de vagas aos alunos com deficiência na rede regular de ensino por si só não é suficiente para que o sistema de ensino responda com qualidade as demandas de aprendizagem dos alunos, existe um distanciamento muito grande entre a proposta política de educação inclusiva e o que está em implantação no Brasil.

A realidade da maioria das escolas é homogeneizadora, despreparada para o atendimento ao diferente. Pensando nisso precisa-se urgentemente de uma reformulação no sistema brasileiro de ensino. A escola deve estar voltada para a aprendizagem de todos os

alunos, deixando de lado a visão distorcida de que alunos com necessidades especiais vão a escola apenas para se socializar. A educação inclusiva precisa ir além, garantindo ao aluno condições de igualdade na aprendizagem, educando a todos os alunos num mesmo contexto escolar.

Apesar das políticas públicas garantirem matrícula de todas as crianças na escola regular, ainda presencia-se alunos serem excluídos do sistema de ensino pelos mais diferentes motivos. “Enquanto o número de alunos matriculados nas escolas cresce consideravelmente, aumentam na mesma proporção os índices de fracasso escolar” (WEISS; CRUZ, 2007, p. 65).

Diante disso a necessidade de profissionais capacitados e comprometidos na rede de ensino é gritante, o profissional da educação no século XXI precisa estar preparado para o atendimento aos diferentes, colocando fim na tendência homogeneizadora, oferecendo a esse aluno o apoio necessário de forma a garantir o seu sucesso escolar.

Segundo Glat (2007) a escola inclusiva é mais do que uma proposta educacional diferenciando-se da escola tradicional por se adaptar às necessidades dos alunos focando no sucesso da aprendizagem de todos, independente de suas diferenças. Isso deixa claro que, qualquer aluno, tem capacidade e pode ter sucesso escolar, desde que bem assistido por profissionais capacitados e com as condições materiais necessárias.

## **JUSTIFICATIVA / OBJETIVO**

O Estado atende os alunos com deficiência por meio da criação de leis que garantem o direito a igualdade de condições na educação. Muito se tem feito nesse sentido e ainda há muito por fazer. Pensando nisso, durante o desenvolvimento deste estudo ouviu-se alguns alunos com deficiência visual, no intuito de saber a sua opinião em relação ao que vem sendo feito em seu benefício, se ele concorda e o que acredita que precisa ser melhorado ou mudado.

Muito se fala do que precisa ser feito, cobra-se das autoridades o cumprimento das ações esperadas, mas pouco se vê sobre o que pensa o principal interessado no assunto, o aluno deficiente com necessidade de apoio específico.

A escolha deste tema foi um desafio que proporcionou muito estudo sobre o assunto e a utilização das políticas educacionais como referência na compreensão de diversas situações relatadas por alunos com deficiência visual.

Com a investigação pude conhecer e compreender as leis e regulamentações que garantem o direito da educação a todos e a inclusão escolar, assim como conhecer a percepção

e opinião do aluno deficiente visual, diante da inclusão escolar para assim analisar o que pode ser melhorado e de que forma isso deve ser feito.

Através do estudo pude pesquisar a atual realidade da inclusão escolar e se o que é oferecido aos alunos está dentro da expectativa de inclusão de alunos deficientes. Conheci as principais dificuldades encontradas pelo aluno com deficiência visual, verificando junto com eles o que pode ser melhorado na inclusão escolar, levando em consideração que ele é o principal interessado no assunto.

Refleti sobre as possibilidades de melhor aplicação das leis e regulamentações em ambientes educacionais regulares.

## **MÉTODOS**

Esse estudo buscou verificar como anda o processo de inclusão escolar na percepção do aluno com deficiência visual, no intuito de saber o que pensa esse aluno sobre o que está sendo feito e o que ele espera de melhoria nesse aspecto.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, que foi de caráter qualitativo, foram entrevistadas três pessoas, utilizando-se de gravação de áudio e anotações por escrito, sendo todos adultos. A entrevistada denominada P1, do sexo feminino, deficiente visual parcial, com 49 anos de idade, (graduada em Administração de Empresas, pela universidade Anhanguera de Campo Grande – MS), a entrevistada P2, também do sexo feminino, deficiente visual total, com 40 anos de idade, (cursando letras pela ULBRA- Universidade Luterana do Brasil), o entrevistado P3, do sexo masculino, deficiente visual total, com 46 anos de idade, (cursando mestrado, pela UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul).

Durante a entrevista foi utilizado um questionário semiestruturado conforme consta a seguir.

### **Instrumento de pesquisa utilizado na coleta de dados**

1. Como é o seu relacionamento com os professores?
2. Como é o seu relacionamento com os colegas de turma?
3. Como é o seu relacionamento com os demais funcionários da instituição?
4. Quais as principais dificuldades encontradas no seu processo de inclusão?
5. O que facilitou o seu processo de inclusão?
6. De que forma você observa que a lei tem contribuído para a inclusão de pessoas com deficiência?

7. O que você acredita que precisa ser feito para melhorar o processo de inclusão de pessoas com deficiência?

## RESULTADOS / DISCUSSÕES

Esta pesquisa não tem por objetivo descrever soluções para os problemas da inclusão das escolas de Campo Grande, mas refletir sobre a atual realidade de alunos com deficiência, tendo como foco mostrar a realidade de alguns alunos deficientes visuais no seu dia a dia escolar.

Na realização dessa pesquisa foram entrevistadas três pessoas (P1, P2 e P3), conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: Descrição dos entrevistados

Pseudônimo	Sexo	Idade	Nível de Instrução	Tipo de Deficiência
P1	Feminino	49	Graduação administração de empresas	Visual Parcial
P2	Feminino	40	Superior Letras-cursando	Visual Total
P3	Masculino	46	Mestrado Profissional em Educação-cursando	Visual total

Durante o desenvolvimento da pesquisa pode ser constatado que os entrevistados obtiveram uma excelente compreensão das questões formuladas, os resultados e discussões serão descritos a partir das suas próprias palavras.

Entre os entrevistados houve a concordância que para haver inclusão escolar existe a necessidade de que eles, alunos com deficiência visual, tomem a iniciativa de expor suas necessidades aos professores, que na maioria das vezes as desconhecem e não sabem como lidar com suas diferenças em sala de aula, reafirmando a necessidade de formação continuada para os professores.

Isso se confirma nas respostas obtidas dos entrevistados, quando perguntado. Como era o relacionamento com os professores? A entrevistada P1 afirmou que: “Era normal até certo ponto, já que poucos percebiam minha presença lá, sabiam da minha existência, mas não identificaram a minha deficiência, não me perguntavam nada, davam aula normal como se fossem todos normais na sala, até então o relacionamento era normal como de qualquer aluno, não de um aluno com deficiência”.

A entrevistada P2 pontuou: “O relacionamento com os professores é ótimo, porque eu vou passando pra eles as minhas necessidades e eles entendendo. Eu não tenho nenhuma dificuldade”.

O entrevistado P3 explicou: “Meu relacionamento com os professores veio no crescente em relação à formação. No começo, por eu ser extremamente tímido não buscava os professores pra colocar minhas necessidades, mas com o passar do tempo eu fui criando confiança, também por conta da interação dos próprios colegas eu fui me sentindo mais à vontade. Eu considero numa somatória geral que o relacionamento é muito bom, produtivo e que decisivamente também a gente tem a necessidade de interagir com esse professor. Quando eu compreendi isso, que o processo de escolarização ele é de mão dupla, eu tive uma facilidade maior pra obter esse relacionamento, pra mim bastante satisfatório”.

Como já considerado e conforme vimos os relatos dos entrevistados, para que esses alunos não passem despercebidos nas salas de aulas, tendo sua deficiência reconhecida e suas necessidades realmente atendidas, fica claro a necessidade de além do conhecimento especializado, uma dose de sensibilidade e observação por parte dos professores no trato aos alunos com deficiência. Os entrevistados afirmam que partiu deles a iniciativa de procurar pelo professor e expor suas necessidades educacionais, para assim serem atendidos.

Nos depoimentos fica evidente a importância do bom relacionamento com os professores, pois esse relacionamento pode ser determinante na evolução da escolarização desse aluno. Veremos nos relatos seguintes a importância do bom relacionamento com os colegas de turma e demais funcionários da instituição.

Na sequência da entrevista segue a pergunta: “Como é o seu relacionamento com os colegas de turma? E os demais funcionários da instituição?”

A P1 afirma que: “O relacionamento com os colegas de turma era muito bom. Eles reconheciam que tinha uma pessoa com deficiência lá e como eu precisava da ajuda. Eles tinham sempre muita disposição em ajudar e bom relacionamento; já os funcionários sempre me atendiam no que estava dentro das suas atribuições”.

O P2 respondeu: “Em relação aos colegas de turma eu passo pra eles o que eu preciso e eles sempre me ajudam. Com os funcionários o relacionamento é bom, pois sempre atenderam minhas necessidades”.

O P3 afirma: “Eu sempre tive um colega que pudesse realizar o ditado pra mim na sala de aula. No começo o professor solicitava alguém que pudesse me ajudar, depois a amizade se estreitava e a gente sempre procurava estudar juntos e um ajudava o outro no que tinha mais



facilidade. Já na graduação os colegas gravavam pra mim os livros em fita cassete e acho mesmo que por alguma razão eu fui muito privilegiado por ter naqueles momentos pessoas dispostas a me ajudar e consegui construir relações muito edificantes na escolarização. Com os funcionários eu não tinha a mesma proximidade como com meus colegas e professores, mas sempre que eu precisava ou solicitava algo era atendido”.

Nas respostas evidenciamos o quanto se faz necessário o bom relacionamento com colegas de turma, que no caso de alunos com deficiência a ajuda por parte dos colegas acaba se solidificando numa estreita relação de amizade. Onde os dois se ajudam mutuamente dentro das suas limitações, já em relação aos demais funcionários da instituição ficam evidentes que o atendimento as suas necessidades solicitadas é de grande ajuda, e faz com que o aluno se sinta respeitado nos seus direitos mais elementares.

Na pergunta: “Quais as principais dificuldades encontradas no seu processo de aprendizagem?”

A P1 relatou: “A falta de adaptação, de acessibilidade e de reconhecimento por parte dos professores que havia ali um aluno com deficiência, e devido a essa falta de reconhecimento faltava também o preparo pra oferecer um atendimento de forma que eu conseguisse desenvolver e desempenhar os meus conhecimentos. Os professores de matemática, por exemplo, davam aula e no quadro eles explicavam como resolver um problema. Você tira esse número daqui e põe ali, esse aqui você sobe, esse você desce. Perguntava-se: Quem era aqui? Quem era ali? Que número era esse? Então eu procurei conversar com os professores explicar as minhas dificuldades e pedir pra que mudassem a forma de ensinar. Eles entendiam a minha dificuldade, reconheciam que daquela forma eu não conseguiria aprender, mas na prática em sala de aula eles não tinham vivência com outra forma de ensinar e encontravam dificuldades em realizar aquilo de outra forma. O tempo de aula também não permitia ao professor fazer os esclarecimentos que eu precisava, então nesse sentido eu dependia muito da boa vontade dos colegas para me explicar com mais detalhes a matéria dada em sala de aula. O uso do laboratório de informática na faculdade também era um problema, mesmo eu declarando a minha deficiência no ato da matrícula não tinha nada adaptado para mim. O programa de voz que eu precisava para utilizar o computador na faculdade fui eu que tomei a iniciativa de levar, inclusive uma pessoa para instalar o programa. Todo final de semestre eles falavam que tinham que limpar os computadores para o semestre seguinte e desinstalavam o meu programa, então, quando iniciava o semestre

seguinte eu precisava levar novamente uma pessoa para instalar o programa, porque nem interesse em que um funcionário aprendesse instalar o programa eles tinham”.

O P2 relatou: “Foi uma caminhada muito extensa, porque de repente eu perdi a visão e tive que me reabilitar para ser novamente inclusa na escola”.

O P3 explicou: “A principal dificuldade foi a de não poder contar com a produção do livro didático na sua plenitude de conteúdo ou qualquer outro material em braile e depender de escrever tudo aquilo que eu podia em sala de aula. Como não tinha o livro precisava procurar pelo conteúdo em outros materiais que mais se aproximasse da matéria fornecida em sala”.

Segundo a LDB (1996), nos artigos 58 e 59, o sistema de ensino deve assegurar aos alunos com deficiência o que for necessário para a sua aprendizagem. Isso inclui profissionais habilitados, materiais adaptados, recursos educativos e organização específica para atender as suas necessidades de apoio específico. Portanto é papel das instituições e também dos professores quando necessário adaptar-se as necessidades do aluno com deficiência de forma a garantir uma aprendizagem satisfatória, mas conforme observamos no relato dos entrevistados nem sempre esse direito é respeitado na sua plenitude, antes vemos sim os alunos tomando atitudes dentro das instituições que nem caberiam a eles, para que consigam de alguma forma facilitar a continuidade dos seus estudos.

Na pergunta. O que facilitou o seu processo de inclusão? A P1 relata: “A partir de uma prova sem acessibilidade que não oferecia condições pra que eu respondesse a instituição zerou minha nota e eu precisaria repetir a matéria, foi então que eu percebi que na instituição realmente não tinha nada adaptado para mim, e então eu pensava o que tivesse que fazer eu faria, e comecei a fazer as propostas e a partir desse momento alguns professores reconheceram as minhas dificuldades e se dispuseram a me ajudar. Por iniciativa própria eles resolveram me adotar mesmo, e falavam por mim na faculdade. Isso facilitou bastante o meu processo de inclusão, porque quando eu tinha alguma necessidade eu procurava esses professores diretamente e eles resolviam o que precisava junto a coordenadoria, reitoria ou o que fosse necessário”.

O P2 explicou: “O acompanhamento muito grande de psicólogo e a convivência com os demais deficientes visuais que me falavam das suas experiências de inclusão”.

O P3 pontuou: “Penso que a boa relação com os colegas e professores, e também depois de um período, o acesso às altas tecnologias, porque aí, se eu não tinha um livro em braile, eu o tinha digitalizado, e também muitos outros materiais nesse formato”.

Diante desses relatos podemos notar que a facilitação do processo de inclusão escolar vai além da legislação vigente, que depende de uma significativa dose de boa vontade dos profissionais envolvidos, de um bom relacionamento dos alunos com deficiência, professores e demais colegas de turma, como também de determinação do aluno com deficiência em lutar pra que seus direitos sejam respeitados, pois como vimos no relato da P1, nota-se que apesar de toda a legislação vigente que garante seu direito a inclusão, ainda assim não havia nenhum tipo de adaptação necessária ao desenvolvimento de suas habilidades, precisando que a aluna legislasse em causa própria, mostrando aos profissionais envolvidos os melhores caminhos para que ela continuasse os seus estudos e houvesse um aprendizado de fato.

Na sequência discutimos sobre a forma como o entrevistado observa que a lei tem contribuído para a inclusão de pessoas com deficiência. A entrevistada P1 conclui: “Ela contribui a partir do momento que garante esse direito ao aluno com deficiência, mas não garante o desempenho desse aluno, se o aluno não brigar por ele mesmo ele é aceito na instituição, mas não vai alcançar um desempenho satisfatório”.

A P2 comenta: “A Lei tem garantido direito às pessoas com deficiência e a mídia tem divulgado as informações necessárias à garantia desses direitos”.

A P3 afirma: “A Lei tem contribuído minimamente no sentido da própria difusão, e uma certa conscientização, e no entendimento de algumas temáticas atinentes ao cotidiano da pessoa com deficiência, como acessibilidade por exemplo, mas acredito que essa contribuição possa ser muito mais sedimentada”.

Como notamos os entrevistados são unânimes em informar que a Lei contribuiu na garantia ao direito de escolarização aos deficientes, mas não garante desempenho, precisa se sedimentar. Não basta ter leis é necessário preocupar-se na execução dessas leis na íntegra.

Na seguinte pergunta tratamos a respeito do que o entrevistado acredita que poderia ser feito para melhorar o processo de inclusão de pessoas com deficiência?

A P1 respondeu: “As entidades precisam se juntar realmente com o aluno deficiente e buscar saber o que atende suas necessidades, buscando atender esse aluno de fato, colocarem pessoas para o atendimento ao deficiente que sejam capacitadas para isso, a escola precisa se tornar uma escola ouvinte, aberta ao diálogo, procurando saber do aluno com deficiência o que melhor lhe atende, respeitando as suas especificidades individuais, não dando nada por encerrado, pois cada aluno tem sua particularidade, e o que atende um aluno quase sempre não atende o outro, e se o aluno com deficiência não souber descrever o que melhor lhe

atende buscar orientação nas entidades especializadas e aceitar as orientações, colocando-as em prática”.

A P2 afirma: “As pessoas que não tem o conhecimento devem procurar entender melhor a legislação, aprendendo a tratar as pessoas com deficiência e aceitar a pessoa com deficiência, continuar o trabalho que vem sendo feito por meio da mídia”.

A P3 relatou: “Disponibilizar em tempo hábil o material adaptado ao aluno com deficiência, investimento maciço em programa de formação continuada para professores, ampliar o serviço de atendimento especializado a esses alunos, de modo a atender a demanda de informática para que haja uma interação maior nessas ferramentas computacionais. Colocar em prática o que preconiza o decreto 5296/2004 que todo telecentro tem que ter um computador com leitor de tela e com programas destinados a usabilidade pela pessoa com deficiência visual, da mesma maneira as páginas na internet continuam inacessíveis. Eu creio que essas medidas precisam ser implementadas para que tenhamos melhores possibilidades”.

Conforme relato dos entrevistados percebe-se que as instituições fazem o básico, aceitar a matrícula do aluno com deficiência, mas esse aceite não é garantia de aprendizado satisfatório, o que denota exclusão desses alunos, mesmo estando matriculados na rede regular de ensino como preconiza a lei.

Segundo Sasaki (2003), na educação inclusiva a escola precisa garantir o acesso e permanência de todos os alunos, garantindo uma educação de qualidade. A inclusão escolar vai além de aceitar o aluno com deficiência na escola, envolve comprometimento de toda comunidade escolar e principalmente dos profissionais envolvidos, além de infraestrutura e preparação profissional capacitada, o atendimento pedagógico oferecido a esses alunos tem se mostrado na maioria das vezes ineficaz e insuficiente.

## **CONCLUSÃO**

O estudo mostra claramente que a inclusão escolar precisa se fundamentar, criar raízes sólidas, sabendo que as leis garantem o direito à educação, mas não o desempenho escolar efetivo do aluno com deficiência. Os professores, em sua grande maioria, não têm formação especializada para atender o aluno com deficiência e muitas vezes este mesmo aluno precisa contar com a determinação de alguns professores, e de colegas de turma para ajudá-los, o que se torna de grande valia, visto que o aluno com deficiência precisa de auxílio para ter uma aprendizagem satisfatória.

Houve um consenso entre os entrevistados que para serem atendidos em suas necessidades não basta a criação de leis. Antes é necessária a formação especializada e a sensibilidade desses professores no trato com os alunos, no sentido de buscar identificar as suas deficiências. Faz-se necessário também o bom relacionamento desses alunos com professores e demais colegas de turma.

A falta de acessibilidade, de adaptação, de material didático específico, de preparo e de reconhecimento do aluno com deficiência é um grande empecilho para o desenvolvimento e desempenho adequado do aluno. Em busca da facilitação do seu processo de aprendizagem, alguns alunos mostram-se mais guerreiros ainda e partem em busca de fazerem eles próprios as adaptações necessárias para o seu processo de inclusão escolar se efetivar.

Para que o processo de inclusão escolar se torne realidade de fato, faz-se necessário o comprometimento das instituições no intuito de se abrir para o diálogo, buscando saber do aluno com deficiência o que realmente atende as suas necessidades, buscando meios para atendê-lo e respeitando as particularidades de cada um. Do governo esperam-se os recursos financeiros necessários em tempo hábil para o fornecimento de materiais didáticos adaptados, infraestrutura adequada e investimentos na formação continuada dos profissionais de educação, ampliando o atendimento especializado a esses alunos de modo a atender a demanda de maneira efetiva.

## REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 02 junho. 2015.

Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html>>. Acesso em: 11 abril. 2015.

Declaração de Salamanca. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 02 junho. 2015.

FRAUCHES, Celso da Costa; FAGUNDES, Gustavo Monteiro (Org.). Lei de Diretrizes e Bases anotada e comentada. Brasília: Ilape, 2003. 504 p.

GLAT, Rosana. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. 210 p.v. 6.

MANTOAN, Maria Teresa Egler; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 5. ed. São Paulo: Summus, 2006. 103 p.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em: <<https://docs.google.com/open?id=0B1lfOtr2UH-EcHB5UV9iYXMyNVE>>. Acesso em: 11 abril. 2015.

Portaria SEDH N° 2344, de 03 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.dihitt.com/barra/portaria-sedh-n-2344-de-3-de-novembro-de-2010>>. Acesso em: 01 junho. 2015.

SASSAKI, R.K. A Educação Inclusiva e os obstáculos a serem transpostos. In: jornal dos professores – órgão do Centro do Professorado Paulista. Ano XXXVIII – fevereiro de 2003 – n° 343, p. 15. Disponível em: <<[https://docs.google.com/file/d/0B1lfOtr2UH-ESmJndEVsRjV5Wkk/edit?usp=drive\\_web&pli=1](https://docs.google.com/file/d/0B1lfOtr2UH-ESmJndEVsRjV5Wkk/edit?usp=drive_web&pli=1)>. Acesso em: 21 novembro. 2015.